

EXPEDIENTE: Publicação do Sindicato dos Trabalhadores no Poder Judiciário Federal no Estado de Santa Catarina – Filiado à FENAJUFE - Rua dos Ilhéus, 118, sobreloja, sala 3, Edifício Jorge Daux, CEP 88010-560, Centro, Florianópolis/SC Fone/FAX: (048)3222.4668

imprensa@sintrajusc.org.br
www.sintrajusc.org.br

Produção: Gilberto Motta (MTb 957/SC)
Míriam Santini de Abreu (MTb 8077/RS)
Tiragem: 800 exemplares

Nº 1053

Em Brasília, PCS é alvo de disputa entre os poderes

Nos dois últimos dias há movimentação intensa em Brasília por causa da revisão salarial dos servidores e magistrados do Judiciário Federal. Na quarta-feira, 31, a notícia era a de que a proposta de Lei Orçamentária Anual de 2012 [LOA], enviada pela Presidência da República ao Congresso Nacional, não trazia em seu Anexo V os valores referentes as PCS dos servidores. As informações foram enviadas à Fenajufe pelo assessor parlamentar Antônio Augusto Queiroz, que já havia analisado a peça orçamentária.

O presidente do STF, ministro Cezar Peluso, atribuiu a um equívoco o corte feito pelo governo federal no orçamento do Poder Judiciário previsto para 2012. "Parece que houve um pequeno equívoco que o Executivo vai retificar, sem dúvida", afirmou o ministro nesta quinta-feira, dia 1º, conforme noticiado ontem e hoje nos principais meios de comunicação do país. Questionado sobre se havia recebido alguma comunicação do governo federal conformando que houve, de fato, um equívoco, o presidente do Supremo respondeu: "Nem precisava receber comunicação. É uma coisa óbvia. Houve um pequeno equívoco".

Peluso refere-se ao fato de que o governo federal não pode cortar a proposta orçamentária enviada pelo Judiciário ao Executivo. Cabe somente ao Congresso Nacional, se for o caso, fazer ajustes e propor alterações. Isso porque, segundo a Constituição Federal, o Poder Judiciário tem autonomia administrativa e financeira. A página da Fenajufe, com base em informações do site *Consultor Jurídico*, menciona que na terça-feira, dia 30, o governo federal mandou uma comitiva ao Supremo para conversar com Peluso. A conversa girou em torno dos possíveis cortes no orçamento do Judiciário que estavam sendo estudados pelo Executivo. Estiveram presentes na

reunião, além da ministra do Planejamento, Miriam Belchior, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, e o advogado-geral da União, Luís Inácio Adams.

O ministro Marco Aurélio, segundo o site mencionado, criticou o corte do Executivo. De acordo com ele, o entendimento de que o Executivo não pode cortar o orçamento foi fixado no início da vigência da Constituição de 1988. "O que cumpre ao Executivo, que quanto ao orçamento ombreia com o Judiciário, é consolidar a grande proposta da União e encaminhar àquelas que poderão exercer a glosa. Ou seja, deputados e senadores. O que não cabe é o Executivo substituir-se ao Judiciário", afirmou Marco Aurélio.

De acordo com o ministro, "o que está em jogo não é pecúnia, não é dinheiro, não é gasto. O que está em jogo é o princípio que implica equilíbrio, que se faz ao mundo jurídico para que não haja supremacia de poderes que estão no mesmo patamar". Em relação à confecção do orçamento, o Poder Judiciário e o Poder Executivo estão no mesmo patamar, reforçou. "A quadra que vivenciamos é um tanto quanto estranha. Potencializando-se o objetivo que é evitar ter inflação, caminhar para o enxugamento da máquina administrativa, se acaba atropelando regras. E não se pode atropelar a Constituição Federal. Porque senão vingará o critério do plantão", criticou Marco Aurélio. Para o ministro, a presidente Dilma Rousseff não deve ter conhecimento do corte.

Mais pressão

O assessor parlamentar Antônio Augusto Queiroz vai analisar a Exposição de Motivos da proposta da LOA para verificar se nela há alguma informação a respeito

do PCS. Segundo ele, a mensagem da proposta ainda será assinada pela presidente Dilma Rousseff e publicada no Diário Oficial do Congresso Nacional. Somente depois disso é que a Exposição de Motivos da proposta será divulgada.

A Fenajufe continuará buscando informações a respeito das negociações com o Executivo. Na avaliação dos coordenadores da Federação, a categoria precisa

continuar atenta e pronta para participar das mobilizações pelo PCS, independentemente do resultado da negociação entre os representantes do Executivo e do Judiciário. A Fenajufe também já solicitou uma reunião com o Diretor Geral do STF, Alcides Diniz, e também está avaliando outras medidas que poderão ser adotadas para reverter esse cenário.

Da Fenajufe

Ctasp vota destaques ao projeto da previdência complementar

Os servidores públicos federais perderam nesta quarta-feira, 31, mais uma queda de braço na batalha contra a política de retirada de direitos do governo federal. A Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público [Ctasp] concluiu a votação do Projeto de Lei 1992/07, que institui o regime de previdência complementar dos servidores públicos federais.

A proposta havia sido aprovada na sessão do último dia 24, mas faltavam ainda serem votados os 12 destaques que alteravam o texto. Todos eles foram rejeitados na sessão de quarta, segundo informações da Agência Câmara. O projeto tramita em caráter conclusivo e ainda será analisado pelas comissões de Seguridade Social e Família; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Pressão contrária

Desde que o projeto voltou a tramitar com celeridade na Câmara dos Deputados, as entidades sindicais do funcionalismo público federal vêm trabalhando para impedir que a proposta seja aprovada no Legislativo. Um dos eixos da pauta de reivindicações dos servidores federais, apresentada em abril deste ano ao governo federal, é a derrubada do PL 1992/07 que, na prática, cria os fundos de pensão no serviço público e abre brechas para a privatização da previdência.

Em abril deste ano, dirigentes sindicais de várias entidades nacionais participaram de seminário, promovido pela Comissão de Trabalho da Câmara, por iniciativa do deputado Roberto Policarpo [PT-DF].

Na ocasião, o coordenador da Fenajufe Jean Loiola,

que representou a Federação no debate, considerou ser um equívoco tratar a questão previdenciária do ponto de vista atuarial, "uma vez que o gasto com previdência deve ser visto como um investimento que o Estado faz para proteger o trabalhador no momento de sua aposentadoria, trabalhadores que muitas vezes não tiveram condições de contribuir para o regime, como é o caso do trabalhador rural".

Ele também ponderou que não é correto responsabilizar os servidores pela opção feita pelo Estado à época em que transferiu os trabalhadores celetistas para o regime jurídico do serviço público. "Querem eximir o Estado de sua obrigação, subtraindo recursos da Previdência para outras áreas. Além disso, já há dados do próprio governo que apontam que a previdência caminha para estabilização, prova de que, ainda que se insistisse em discutir a previdência de forma atuarial, ela atingirá o superávit", ressaltou Jean.

Ao fazer a crítica do PL 1992/09, o coordenador da Fenajufe fez uma comparação com a situação ocorrida no Chile, quando a previdência complementar foi constituída naquele país. "Os custos de transição para o sistema de previdência complementar causaram o aumento da dívida pública, forçando o governo chileno a emitir títulos. E os próprios fundos de pensão, na tentativa de se capitalizar, investiram nesses títulos, notadamente podres, levando os fundos de pensão à falência", disse Jean. No dia 24 de agosto, mesmo dia em que mais de 20 mil servidores protestavam em Brasília contra a política do governo federal, o projeto foi aprovado pelos deputados da Ctasp. *Da Fenajufe*

SINTRAJUSC muda página na internet

O Sindicato colocou no ar, nesta quinta-feira, dia 01 de setembro, a nova página na internet, com *layout* leve e mudanças para facilitar e ampliar a comunicação com os filiados.

AS NOVIDADES SÃO AS SEGUINTE:

- disponibilidade da versão *Mobile*, o que permite aos servidores acessar o site via celular, em versão com-

pacta, mas com todas as informações postadas pelo Setor de Comunicação do Sindicato. Quem desejar acessar a versão Clássica também tem essa opção;

- reformulação da estrutura de navegação para facilitar a busca de informações;

- ferramentas de busca de notícias;

- possibilidade de postagem de comentários em *Destaques e Mais Notícias*. Acompanhe!